



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal

ACTA NÚMERO 2/XII/ 1.ª SL

Aos treze dias do mês de Julho de 20011, reuniu, pelas quinze horas, a Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal, na sala dois do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da Acta nº 1
2. Apresentação de propostas e discussão para elaboração do Plano de Actividades
3. Aprovação do Projecto de Regulamento
4. Outros assuntos.

O Senhor Presidente deu início aos trabalhos colocando à consideração da Comissão Eventual para o Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal (CEAMPAPF), a Acta nº 1 tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Seguidamente o Senhor Presidente usou da palavra para prestar algumas informações sobre a reunião da Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares (CPCP), nomeadamente quanto à conclusão do processo de distribuição de competências das Comissões Parlamentares Permanentes, tendo-se sugerido aos Presidentes das Comissões que aguardem a aprovação do documento final, antes de procederem à aprovação dos respectivos regulamentos.

Continuando, informou, ainda, ter sido solicitado aos serviços de apoio à CEAMPAPF a elaboração de um documento que especifique, em relação a cada Comissão, as medidas a acompanhar em concreto, em razão da respectiva competência, informando ter sido distribuído por via electrónica, a todos os deputados da Comissão, um documento que servirá de base ao documento final a apresentar à CPCP, tendo o Senhor Presidente agradecido o contributo dos serviços, o qual será útil no desenvolvimento dos trabalhos desta comissão.

No âmbito do segundo ponto da OT o Senhor Presidente informou a Comissão ter feito uma reflexão sobre esta matéria, considerando bem-vindos, todos os contributos que pudessem vir a ser dados pelo conjunto de membros da CEAMPAFP.

Mais expressou que, no seu entender, e independentemente das diversas perspectivas de cada grupo parlamentar ou Deputado, o Programa Financeiro de Assistência a Portugal (PAFP) irá marcar o país nos próximos anos para que Portugal possa recuperar a sua economia, não podendo a Assembleia da República deixar de ter um papel relevante neste processo.

Prosseguindo o Senhor Presidente deixou algumas ideias sobre as principais missões da Comissão Eventual, enumerando os três pilares, fundamentais, que, no seu entender, deveriam sustentar o Plano de Actividades da CEAMPAFP, a saber: O sistema financeiro, as finanças públicas e as medidas e incentivos ao desenvolvimento da economia.

Afirmou, ainda, a necessidade da CEAMPAFP trabalhar em conjunto com as Comissões Permanentes que produzem legislação no âmbito do PAFP, manter um contacto estreito com o Governo e realizar audições com entidades públicas e privadas, com agentes institucionais que são responsáveis pela execução das medidas e com os parceiros sociais. Mais acrescentou considerar que a CEAMPAFP deveria, no âmbito das respectivas competências, na Assembleia da República, ser o interlocutor nos contactos entre este Órgão de Soberania e as seguintes entidades internacionais: CE, BCE e FMI.

Continuando, o Senhor Presidente sugeriu à Comissão que os resultados dos trabalhos da CEAMPAFP poderiam constituir-se na produção de instrumentos, quadros de bordo e relatórios que demonstrassem os objectivos alcançados pela Comissão.

Por último, os membros da Comissão foram informados da existência de um modelo de Plano de Actividades a ser adoptado em todas as Comissões Parlamentares, com o objectivo de possibilitar, no final da Sessão Legislativa, a recolha sistematizada de informação.

O Senhor Deputado Pedro Pinto (PSD) interveio dando o seu acordo ao enquadramento feito pelo Presidente da Comissão e propôs à Comissão a realização de uma reunião com os Coordenadores de cada um dos Grupos Parlamentares para a concepção de um texto base no âmbito do Plano de Actividades, realizando-se posteriormente uma reunião alargada da Comissão para efeitos da respectiva discussão e aprovação.

Em seguida usou da palavra o Senhor Deputado Vitalino Canas (PS) informado a Comissão que a respectiva intervenção seria efectuada a título pessoal, considerando adequada a proposta

do Senhor Deputado Pedro Pinto (PSD), adiantando que as Comissões Eventuais, no quadro de acção das Comissões Parlamentares, têm sempre que lutar pelo seu espaço, e que nem sempre é conseguido levar a bom porto essa expectativa.

Continuando, disse que a CEAMPAPF deveria cumprir bem o desiderato que lhe foi cometido, devendo prevalecer uma abrangência global sobre esta questão. Mais adiantou não considerar suficiente o trabalho de aferição do cumprimento ou não de cada uma das medidas, mas, também, ser essencial medir o respectivo impacto ao nível da sociedade.

Concluindo, o Senhor Deputado Vitalino Canas (PS) chamou a atenção da Comissão para as declarações produzidas na véspera pelo Senhor Primeiro Ministro, durante uma reunião do PSD, considerando que a CEAMPAPF não deveria passar ao lado das referidas declarações e segundo o seu entendimento a Comissão deveria proceder à respectiva análise, face ao impacto das mesmas no exterior. Considerou ter havido uma quebra de acordo dos três principais partidos e manifestou o receio de o Governo estar a preparar o terreno para não dar cumprimento ao PAFP.

Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) que indicou subscrever a proposta do Senhor Deputado Pedro Pinto (PSD) no tocante à elaboração do Plano de Actividades, acrescentando a necessidade de se estabelecerem prazos para a entrega de sugestões e contributos de todos os Grupos Parlamentares.

Em resposta à intervenção do Senhor Deputado Vitalino Canas (PS), usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Pinto (PSD) referindo não ser aquela a melhor maneira de se iniciarem os trabalhos da CEAMPAPF e dizendo não aceitar a formulação relativa à actuação do Governo. Concluindo, deu o seu acordo à obtenção, por parte da CEAMPAPF do máximo de informação e à necessidade de esta Comissão conquistar o seu espaço. Concluindo, realçou a vontade demonstrada, pelo Senhor Presidente da Comissão, de esta proceder a um acompanhamento efectivo do acordo firmado através do PAFP.

Em seguida pediu a palavra o Senhor Deputado Adolfo Mesquita (CDS-PP) que referiu que o PAFP assumido pelo Estado Português contém medidas muito concretas pelo que haverá que conhecer se estão ou não a ser cumpridas. Sugeriu ainda à Comissão a adopção por parte desta de um mecanismo/metodologia de trabalho conjunto com as Comissões Permanentes envolvidas. Por último, informou aguardar pela marcação da reunião para elaboração do texto base do Plano de Actividades.

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Semedo (BE), o qual manifestou a sua opinião de que a Comissão não constitui um “balcão de assuntos tratados”, não servindo para aferir o que está ou não está feito. Adiantou, também, a necessidade de se efectuarem audições às Entidades Reguladoras, bem como audições conjuntas com outras Comissões Parlamentares. Por último sugeriu à Comissão a possibilidade de se iniciarem as audições com o Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro.

Seguidamente interveio o Senhor Deputado Basílio Horta (PS) dando o seu acordo à proposta apresentada pelo Senhor Deputado Pedro Pinto (PSD), acrescentando a necessidade de ser esclarecido e acordado o significado do termo “acompanhamento”, dado que a CEAMPAFP ficaria muito diminuída, caso a função da Comissão se limitasse à verificação do cumprimento das medidas, sugerindo que a Comissão possa vir a fazer recomendações e sugestões ao Governo. Quanto ao interlocutor junto do Governo, apontou para o Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro.

Tomando a palavra o Senhor Presidente, disse existir consenso na Comissão quanto à sua finalidade, por ser clara a Deliberação que a constituiu a qual explicita, “implementação das medidas e cumprimento dos objectivos definidos no programa”. Acrescentou, ainda, existir acordo quanto à identificação dos interlocutores e no facto de as audições constituírem um instrumento de reflexão em função dos resultados, delas, extraídos. Terminando, informou que restaria estabelecer os prazos de apresentação dos relatórios e a forma de contactos a estabelecer com o CE, BEI e FMI.

Foi, em seguida deliberado pela CEAMPAFP, a realização de uma reunião da Mesa com os Coordenadores de cada um dos Grupos Parlamentares para a realização de um texto base no âmbito do Plano de Actividades, a ser discutido em sede de Comissão.

Em seguida, e no âmbito do segundo ponto da OT, relativo ao projecto de Regulamento, interveio o Senhor Deputado Pedro Marques (PS) referindo não estar de acordo com o texto do artigo 1º, devendo acrescentar-se o cumprimento dos objectivos.

O Senhor Deputado João Semedo (BE) adiantou que, quanto ao artigo 1º se deveria fazer a transcrição da deliberação que criou a CEAMPAFP, não devendo ser unicamente a Mesa a ser ouvida quanto à marcação de reuniões. Quanto ao pedido de audições referiu tratar-se do assunto mais delicado, havendo que encontrar um método consensual para esse efeito.

A Comissão acordou que o ponto da OT relativo ao Regulamento da Comissão fosse adiado para uma próxima reunião, considerando a indicação superior sobre esta matéria.

No âmbito do último ponto da OT, e concretamente para ser definido o dia da semana e hora da reunião ordinária da CEAMPAPF, intervieram, para além do Presidente, os seguintes Senhores Deputados: João Semedo (BE), Sónia Fertuzinhos (PS), Pedro Pinto (PSD) e Batista Santos (PSD).

A Comissão deliberou que o dia da semana e hora da reunião ordinária da CEAMPAPF iria também ser abordado e decidido na próxima reunião, que teria a participação do Presidente, Vice- Presidentes e Coordenadores dos Grupos Parlamentares, a qual seria marcada com a maior brevidade possível.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas dezasseis horas e trinta minutos, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

Palácio de São Bento, 15 de Julho de 2011

O Presidente da Comissão

(José Vieira da Silva)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes
Basílio Horta
Carlos Abreu Amorim
Clara Marques Mendes
Duarte Pacheco
Fernando Medina
Fernando Virgílio Macedo
João Galamba
João Semedo
Luís Leite Ramos
Maria José Castelo Branco
Miguel Frasquilho
Miguel Freitas
Miguel Tiago
Nuno Reis
Paulo Batista Santos
Pedro Nuno Santos
Pedro Pinto
Vieira da Silva
Vitalino Canas
Idália Salvador Serrão
João Gonçalves Pereira
João Pinho de Almeida
João Ramos
Maria Helena André

Miguel Santos

Pedro Jesus Marques

Ulisses Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Teresa Anjinho